

# TJ-MG, TRT-3 e seccional mineira da OAB discutem litigância abusiva

05/05/2026

Representantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) e da seccional mineira da Ordem dos Advogados do Brasil se reuniram no último dia 30, na sede da OAB-MG, para debater os impactos da litigância abusiva no Judiciário e na advocacia.



Riva Moreira / TJ-MG

Representantes do TJ-MG, do TRT-3 e da OAB-MG participaram de reunião para discutir litigância abusiva

De caráter institucional, o encontro buscou fortalecer o diálogo e construir estratégias conjuntas para enfrentar o problema.

Segundo a juíza coordenadora da Comissão Temática de Anomalias no Acesso ao Sistema de Justiça do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais do TJ-MG, Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, esse tipo de litigância tem grande impacto no Judiciário, ocorrendo de diversas formas, como a multiplicação de processos que poderiam ser unificados.

Ela ressaltou que a litigância predatória afeta o sistema de Justiça, prejudicando tanto cidadãos quanto advogados.

“O TJ-MG, por meio do Centro de Inteligência, já atua há anos na busca de soluções para reduzir a litigância abusiva, em diversas frentes. O excesso de ações sobrecarrega o Judiciário, atrasando o andamento dos processos e aumentando os custos.”

A gerente do CIJMG do TJ-MG, Beatriz Aparecida Moreira Pereira, explicou que o Centro de Inteligência desenvolveu um sistema de gestão de gabinetes para apoiar o enfrentamento desse tipo de litigância. A iniciativa incluiu a aplicação de técnicas de jurimetria para monitorar os processos, com base na [Nota Técnica 1/2022](#), do CIJMG do TJ-MG, e em critérios do [Conselho Nacional de Justiça](#), por meio da [Recomendação 159/2024](#).

“O impacto da litigância abusiva é significativo em processos de execução. O custo médio estimado chega a R\$ 10 mil por ação, além de representar grande consumo de tempo e de recursos do Judiciário. Esse cenário prejudica tanto o tribunal quanto os advogados”, disse Beatriz.

## Construção conjunta

A presidente em exercício da OAB-MG, Cássia Marize Hatem, que conduziu a reunião, destacou a importância do diálogo com o Judiciário mineiro. Para ela, qualquer iniciativa sobre o tema deve ser construída de forma conjunta.

“Não se pode confundir advocacia de massa com litigância predatória. A advocacia de massa é legítima e representa o acesso da população à Justiça. Litigância predatória é desvio ético, e a OAB não a tolera.”

A presidente da Comissão de Litigância Abusiva da OAB-MG, Clíssia Pena Alves de Carvalho, disse que a entidade está empenhada em coibir as práticas profissionais ilegítimas e vigilante na promoção da ética, da responsabilidade e da boa-fé na atuação profissional.

“Como uma séria entidade de classe, a OAB reafirma seu compromisso histórico com a defesa do Estado de Direito, do acesso responsável à Justiça e das prerrogativas da advocacia.”

## Impacto

O presidente do TRT-3, desembargador Sebastião Geraldo de Oliveira, avaliou que a reunião entre as instituições foi importante para discutir o impacto da litigância abusiva no Judiciário e na advocacia.



“Há um objetivo comum entre as instituições, que é garantir o exercício do direito de ação dentro da legalidade, coibindo práticas ilícitas que desvirtuam a finalidade do processo, atrasam o andamento das ações e prejudicam a imagem do Judiciário.”

Ele destacou que a **Justiça do Trabalho** mineira tem atuado no tema, incluindo o lançamento recente do Programa de Promoção de Litigância Responsável em todo o estado. A iniciativa busca enfrentar desafios como o excesso de litigiosidade, o aumento da litigância abusiva, a elevada possibilidade de recorrer ao TRT-3 e ao **Tribunal Superior do Trabalho** e o uso de incidentes protelatórios.

Também estiveram presentes na reunião o desembargador do TRT-3 André Schmidt de Brito; o juiz auxiliar da Presidência do TRT-3 Renato de Paula Amado; a juíza coordenadora do Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT-3, Flávia Cristina Rossi Dutra; o conselheiro seccional da OAB-MG, Júlio Bahia; a assessora-chefe de Gabinete da Presidência do TRT-3, Graziela Loures Mendes; a representante da Comissão de Inteligência do TRT-3, Anelise Cristina Guimarães; o representante do CIJMG do TJ-MG, Pedro Elói; e as integrantes da Comissão de Litigância Abusiva da OAB-MG Paula Souza, Maria Odette Lacerda e Flávia Vilhena. *Com informações da assessoria de imprensa do TJ-MG.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mai-05/tj-mg-trt-3-e-seccional-mineira-da-oab-discutem-litigancia-abusiva/>